

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: DIMENSÕES CONCEITUAIS, PROMESSAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

*ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN TEACHER EDUCATION: CONCEPTUAL
DIMENSIONS, PEDAGOGICAL PROMISES, AND ETHICAL-POLITICAL CHALLENGES*

Alex de Oliveira Serafim¹
Alyne B F Virino Ricarte²
Tainá de Freitas Ribeiro³
Gabriela Vieira de Campos Meirelles⁴
Luciana Barreiros de Lima⁵
Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa⁶

Resumo: A incorporação da inteligência artificial (IA) na educação tem provocado reconfigurações profundas nos processos de ensino, aprendizagem e, especialmente, na formação docente. Este artigo analisa criticamente os impactos da IA nos percursos formativos de professores, destacando tanto suas promessas pedagógicas quanto os desafios éticos e políticos associados. Com base em uma revisão sistemática da literatura, foram selecionados dez artigos científicos publicados entre 2020 e 2024, em periódicos classificados como Qualis A1 e A2 e disponíveis em acesso aberto. Os resultados apontam que, embora a IA ofereça potencial para personalização do ensino e apoio à prática docente, sua adoção tem ocorrido de forma pouco participativa, frequentemente desconsiderando a mediação humana e as especificidades contextuais da prática educativa. Identificaram-se quatro eixos

principais de análise: fundamentos conceituais da IA na educação; promessas pedagógicas; dilemas ético-políticos; e competências digitais exigidas na formação docente. Conclui-se que o enfrentamento crítico das transformações provocadas pela IA exige um projeto formativo que articule ética, técnica e pedagogia, promovendo a autonomia e o protagonismo dos educadores frente às lógicas algorítmicas.

Palavras-chaves: Inteligência artificial; Formação docente; Educação digital; Ética tecnológica; Algoritmos educacionais.

Abstract: The incorporation of Artificial Intelligence (AI) into education has led to profound reconfigurations in teaching, learning, and

¹ Universidade Estácio de Sá – UNESA, Graduado em Ciências Contábeis, Especialista em Auditoria e em Controladoria, Mestre em Controladoria e Doutorando em Educação. E-mail: alexoliveiraserafim@gmail.com.

² Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Jornalismo e História - licenciatura plena, Especialista em Educação 4.0, Mestre em História e Culturas e Doutoranda em Educação. E-mail: virinoalyne@gmail.com.

³ Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Administração, Especialista em Marketing, Mestre em Gestão de Pessoas e Doutoranda em Educação. E-mail: taina.freitas@yahoo.com.br.

⁴ Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Letras e Pedagogia; Mestre em Letras; Especialista em Educação e Novas Tecnologias; Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento e Doutoranda em Educação. E-mail: gabriela.vieira.edu@gmail.com.

⁵ Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Engenharia Química | Licenciada em Química, Mestre em Engenharia Química e Doutoranda em Educação. E-mail: luciana.barreiros@yduqs.com.br.

⁶ Universidade Estácio de Sá – UNESA. Graduada em Ciências e em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação. E-mail: smpedrosa@gmail.com.

especialmente em processos de educação de professores. Este artigo analisa criticamente os impactos da IA nas trajetórias de formação docente, destacando tanto as promessas pedagógicas quanto os desafios éticos e políticos associados. Com base em uma revisão sistemática de literatura, dez artigos científicos publicados entre 2020 e 2024 foram selecionados de revistas de acesso aberto classificadas como Qualis A1 e A2. Os resultados indicam que, embora a IA ofereça potencial para aprendizagem personalizada e suporte às práticas de ensino, sua adoção tem ocorrido frequentemente de maneira não participativa, negligenciando a mediação humana e as especificidades contextuais da prática educacional. Foram identificados quatro eixos principais de análise: fundamentos conceituais da IA na educação; promessas pedagógicas; dilemas ético-políticos; e competências digitais exigidas em

educação de professores. Conclui-se que abordar as transformações trazidas pela IA requer um projeto de educação de professores que articule ética, tecnologia e pedagogia, promovendo a autonomia e o protagonismo dos educadores frente às lógicas algorítmicas.

Keywords: Artificial intelligence; Teacher education; Digital education; Technological ethics; Educational algorithms.

Recepção: 12/03/2026

Aprovação: 16/05/2026

1. INTRODUÇÃO

A incorporação da inteligência artificial (IA) ao campo educacional tem provocado intensos debates sobre o futuro da docência, os sentidos da formação pedagógica e os limites éticos do uso de tecnologias emergentes em espaços escolares. A partir da consolidação de ferramentas baseadas em algoritmos, redes neurais e aprendizado de máquina, o setor educacional passa a experimentar uma reorganização significativa de suas práticas, com destaque para os impactos na formação inicial e continuada de professores (Aruda, 2024; Webber; Flores, 2022).

A IA, nesse cenário, é apresentada como uma promessa de inovação, eficiência e personalização do ensino. Ela tem sido integrada a sistemas de tutoria inteligente, plataformas adaptativas de aprendizagem e instrumentos de apoio à avaliação educacional, redefinindo os modos como o conhecimento é mediado nas instituições de ensino (Fernandes; Ribeiro, Vanconcelos, 2022; Webber; Flores, 2022). No entanto, tais inovações também geram desafios significativos, sobretudo no que se refere à autonomia docente, à ética do uso de dados e à manutenção de práticas pedagógicas críticas e humanizadoras (Durso, 2024; Leite, 2023).

A literatura aponta que os professores ainda são pouco envolvidos nos processos decisórios sobre a implementação da IA em seus contextos de trabalho, o que contribui para

uma relação marcada por insegurança, resistência e subutilização crítica dessas Tecnologias (Parreira; Lehmann; Oliveira, 2021; Cruz; Silva, 2024). Ao mesmo tempo, cresce a exigência de que os docentes desenvolvam competências digitais cada vez mais complexas, o que amplia tensões entre as políticas formativas, os recursos disponíveis e a valorização profissional. Como apontam Gomes, Sousa e Fierro (2024), o discurso sobre a substituição docente por sistemas de IA vem sendo reciclado com diferentes roupagens tecnológicas, mas permanece atrelado a uma lógica tecnicista que ameaça a mediação humana essencial ao ensino.

Partindo desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente os impactos da inteligência artificial nos processos de formação docente, considerando tanto as promessas pedagógicas quanto os desafios éticos e políticos que envolvem sua adoção. O recorte adotado privilegia uma leitura que articula fundamentos conceituais, potencialidades e riscos, além de políticas formativas e competências digitais. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura com base em doze artigos científicos disponíveis em repositórios abertos, priorizando produções publicadas entre 2020 e 2024 e classificadas em periódicos Qualis A1 e A2.

A análise está estruturada em quatro seções principais: a primeira aborda os fundamentos conceituais da IA na educação; a segunda discute as promessas atribuídas à IA na formação docente; a terceira explora os desafios éticos e políticos dessa incorporação tecnológica; e a quarta seção problematiza as competências digitais exigidas dos professores, à luz das políticas formativas contemporâneas. Ao final, são apresentadas considerações que visam contribuir para uma apropriação crítica da IA na docência, orientada por valores democráticos, éticos e pedagógicos.

2. TECNOLOGIAS INTELIGENTES E A (RE)CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

2.1 Fundamentos conceituais da inteligência artificial na educação

A inteligência artificial (IA), enquanto campo aplicado à educação, refere-se ao uso de sistemas computacionais capazes de simular processos cognitivos humanos, como reconhecimento de padrões, tomada de decisão e aprendizagem, em atividades de ensino e aprendizagem. Seu avanço tem sido marcado pela adoção crescente em ambientes escolares, sobretudo por meio de sistemas tutores inteligentes, plataformas adaptativas e tecnologias de apoio à personalização do ensino (Fernandes; Ribeiro, Vasconcelos, 2022; Aruda, 2024). No

entanto, compreender seus fundamentos exige ultrapassar uma perspectiva meramente instrumental.

A IA educacional opera com base em arquiteturas algorítmicas que, embora eficientes em diversos contextos, envolvem premissas matemáticas e lógicas que muitas vezes escapam à compreensão do corpo docente. Leite (2023) observa que há uma tendência à despolitização do debate, com o predomínio de discursos tecnofílicos que obscurecem o caráter ideológico das escolhas tecnológicas. Isso exige, por parte dos professores, uma leitura crítica dos pressupostos teóricos e técnicos que fundamentam as aplicações de IA nos contextos pedagógicos.

Além disso, os fundamentos da IA na educação não são neutros. Como discute Durso (2024), a construção de algoritmos envolve decisões humanas, sujeitas a vieses culturais, raciais, econômicos e regionais. Quando essas tecnologias são integradas sem mediação crítica, há o risco de reproduzir desigualdades históricas sob a aparência de neutralidade técnica. Essa problemática reforça a importância de desenvolver, na formação docente, habilidades para analisar não apenas a funcionalidade, mas também as implicações sociais e pedagógicas das tecnologias adotadas.

Do ponto de vista didático-pedagógico, os fundamentos da IA alteram a mediação entre conhecimento, docente e discente. Webber e Flores (2022) chamam atenção para o risco de a IA deslocar a centralidade do professor, substituindo sua agência pedagógica por decisões automatizadas. Essa substituição pode enfraquecer a dimensão relacional da aprendizagem, cuja complexidade não pode ser plenamente capturada por modelos algorítmicos. A pergunta provocativa “ChatGPT substituirá professoras e professores?” (Pimentel, Azevedo e Carvalho, 2023) revela não só os anseios tecnológicos, mas também os riscos de desresponsabilização docente frente às mediações automatizadas. A compreensão crítica dos fundamentos da IA, portanto, deve integrar a formação ética e política dos educadores.

Por fim, Webber e Flores (2022), destacam que os fundamentos conceituais da IA na educação devem ser abordados de forma transversal na formação docente, articulando conhecimentos técnicos, pedagógicos e éticos. O domínio de ferramentas não basta; é preciso compreender como elas funcionam, quais lógicas sustentam sua atuação e quais efeitos produzem nos processos educativos. Formar professores para interagir criticamente com tecnologias inteligentes significa prepará-los para exercer um papel ativo frente à automação e ao controle algorítmico cada vez mais presentes nas práticas escolares.

2.2 Promessas da Inteligência Artificial na formação docente

As aplicações da inteligência artificial (IA) no campo educacional têm sido amplamente associadas a promessas de transformação e aprimoramento da prática docente. A literatura aponta que sistemas baseados em IA são capazes de processar grandes volumes de dados educacionais, oferecendo aos professores informações que auxiliam na personalização do ensino, na identificação de dificuldades de aprendizagem e no planejamento de intervenções pedagógicas mais eficazes (Fernandes; Ribeiro, Vasconcelos, 2022; Aruda, 2024). Tais possibilidades colocam a IA como aliada potencial na reconfiguração dos modos de ensinar, tornando a prática docente mais responsiva e orientada por evidências.

Na formação de professores, as tecnologias inteligentes são vistas como ferramentas que podem contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo. Sistemas de recomendação de conteúdos, plataformas de ensino adaptativo e assistentes pedagógicos baseados em IA são cada vez mais utilizados em programas de capacitação docente, permitindo o acesso a trilhas formativas personalizadas e flexíveis (Webber; Flores 2022; Parreira; Lehmann; Oliveira, 2021). Essa personalização representa uma ruptura com modelos homogêneos de formação e sinaliza novas possibilidades para o protagonismo docente na construção de sua trajetória profissional.

Outro aspecto recorrente nas promessas da IA é sua capacidade de promover equidade no acesso a recursos pedagógicos. Ferramentas automatizadas podem ser empregadas em regiões com escassez de profissionais qualificados, viabilizando o suporte educacional mesmo em contextos adversos (Teles *et al.*, 2024). Contudo, é preciso cautela: tais promessas não podem ser confundidas com soluções universais. O uso da IA deve estar ancorado em políticas públicas comprometidas com a justiça social e a valorização do trabalho docente, evitando o risco de precarização pedagógica sob o discurso da eficiência.

A automatização de processos avaliativos também tem sido destacada como benefício. Leite (2023) demonstra que a IA pode oferecer diagnósticos detalhados e em tempo real, auxiliando os professores na construção de práticas avaliativas formativas e dinâmicas. Essas ferramentas permitem o acompanhamento contínuo da aprendizagem, favorecendo intervenções pedagógicas mais oportunas e contextualizadas. No entanto, a delegação de decisões avaliativas aos algoritmos exige que os docentes compreendam criticamente os critérios que orientam tais recomendações, evitando a naturalização de processos automatizados.

Por fim, autores como Webber e Flores (2022) e Cruz e Silva (2024) argumentam que a

IA pode fortalecer a dimensão reflexiva do trabalho docente, desde que seu uso seja orientado por uma perspectiva crítica e emancipatória. Longe de substituir o professor, as tecnologias inteligentes devem ser compreendidas como instrumentos mediadores do processo educativo. A formação docente, portanto, deve capacitar os educadores não apenas para utilizar ferramentas de IA, mas para interrogar seus limites, seus efeitos e suas implicações pedagógicas, éticas e políticas.

2.3 Desafios e implicações éticas

Embora a inteligência artificial (IA) seja frequentemente apresentada como vetor de inovação educacional, seu uso na formação docente suscita uma série de desafios éticos e políticos que não podem ser negligenciados. Um dos principais pontos de tensão refere-se à opacidade algorítmica, característica dos sistemas baseados em aprendizagem profunda, cuja lógica interna é de difícil interpretação mesmo por especialistas. Segundo Durso (2024), essa “caixa-preta” tecnológica compromete a transparência pedagógica e impede que os professores compreendam como e por que determinadas decisões educacionais são tomadas por sistemas automatizados.

Outro desafio relevante envolve a privacidade e a proteção de dados. A implementação de tecnologias baseadas em IA implica a coleta massiva de informações sobre práticas docentes, trajetórias formativas e interações com estudantes. Conforme apontado por Webber e Flores (2022), há uma lacuna significativa nas políticas institucionais voltadas à segurança de dados, o que expõe professores e alunos a riscos relacionados à vigilância, ao uso indevido de informações e à ausência de consentimento informado. Nesse contexto, o letramento digital ético torna-se componente indispensável da formação docente contemporânea.

A reprodução de vieses nos sistemas algorítmicos é igualmente preocupante. Ao serem treinados com bases de dados historicamente desiguais, os algoritmos tendem a reforçar estereótipos, marginalizando sujeitos e territórios que já enfrentam barreiras estruturais (Leite, 2023; Teles *et al.*, 2024). Na prática, isso pode significar a consolidação de práticas discriminatórias sob uma aparência de neutralidade técnica. A ética na formação docente deve, portanto, incluir discussões sobre justiça algorítmica, interseccionalidade e responsabilidade social no uso de tecnologias digitais.

Além disso, observa-se uma crescente automatização de aspectos centrais da docência, como avaliação, planejamento e gestão da sala de aula. Webber e Flores (2022) alertam para o

risco de esvaziamento da autonomia profissional, uma vez que decisões pedagógicas passam a ser influenciadas ou substituídas por sistemas inteligentes. Em vez de fortalecer o papel do educador, certas aplicações da IA podem reduzi-lo à função de operador de plataformas. Esse movimento exige resistência crítica por parte dos docentes e engajamento institucional na preservação do trabalho pedagógico como prática ética, reflexiva e situada.

Por fim, como destacam Fernandes, Ribeiro e Vasconcelos (2022) e Parreira; Lehmann e Oliveira (2021) os desafios éticos não dizem respeito apenas à técnica, mas à política. A ausência de regulamentações específicas para o uso da IA na educação, aliada à pressão de interesses corporativos, coloca em risco princípios democráticos de acesso, equidade e autonomia educacional. A formação docente deve, assim, promover uma ética da responsabilidade crítica, capacitando professores para dialogar com a tecnologia sem subordinar-se a ela, e para atuar como mediadores conscientes em contextos educacionais atravessados pela automação.

2.4 Competências digitais e política formativa

A integração da inteligência artificial (IA) aos contextos educacionais impõe novos desafios à formação docente, exigindo não apenas familiaridade técnica com ferramentas digitais, mas também o desenvolvimento de competências críticas, éticas e reflexivas. A literatura é unânime em afirmar que o domínio da IA por parte dos professores não pode restringir-se ao uso instrumental da tecnologia. Como argumentam Webber e Flores (2022), a fluência digital necessária ao exercício da docência no século XXI envolve compreender o funcionamento dos algoritmos, suas implicações pedagógicas e seus efeitos sobre os sujeitos e as práticas escolares. Para Lima e Kochhann (2023), compreender as implicações da IA para o futuro do trabalho docente é inseparável de uma análise das políticas públicas de formação e da redefinição das competências profissionais exigidas.

Nesse sentido, torna-se imprescindível repensar as políticas formativas voltadas ao uso pedagógico da IA. Parreira; Lehmann e Oliveira (2021) observam que os programas de formação docente no Brasil ainda operam com uma abordagem prescritiva e descontextualizada, que valoriza a aquisição de habilidades técnicas sem contemplar os contextos reais de ensino. Isso resulta em um distanciamento entre o discurso institucional sobre inovação tecnológica e as possibilidades concretas de apropriação crítica dessas tecnologias pelos professores, especialmente nas redes públicas e nos territórios periféricos.

O desenvolvimento de competências digitais deve, portanto, estar articulado à elaboração de políticas públicas que assegurem infraestrutura, tempo de formação e valorização profissional. Para Webber e Flores (2022), a responsabilização exclusiva do professor pela aquisição dessas competências invisibiliza o papel das instituições formadoras e dos sistemas educacionais na construção de condições materiais e simbólicas para a inovação pedagógica. A IA não é neutra, tampouco sua apropriação ocorre de forma espontânea: trata-se de um processo que demanda intencionalidade política, planejamento coletivo e engajamento ético.

Ademais, como apontam Teles *et al.* (2024), o discurso sobre competências digitais precisa considerar as especificidades regionais, culturais e epistemológicas dos contextos de atuação docente. Um modelo único de formação digital, centrado em plataformas padronizadas e em métricas de desempenho, tende a reforçar desigualdades e ignorar saberes locais. A construção de competências digitais críticas deve incluir o direito à participação docente na escolha, adaptação e avaliação das tecnologias educativas utilizadas.

Por fim, Fernandes, Ribeiro e Vasconcelos (2022) defendem que o fortalecimento das competências digitais na formação docente passa por uma concepção ampliada de política formativa: aquela que integra os eixos técnico, pedagógico e ético em diálogo com as transformações sociotécnicas contemporâneas. Isso implica valorizar a docência como prática intelectual, crítica e situada, capaz de tensionar os usos da IA em favor de uma educação democrática, justa e plural. A superação dos desafios impostos pelas tecnologias inteligentes, portanto, exige mais do que capacitação: exige formação política e compromisso com o bem comum.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica das interfaces entre inteligência artificial (IA) e formação docente revela que o avanço das tecnologias inteligentes no campo educacional não é apenas técnico, mas profundamente político, ético e pedagógico. Longe de serem neutras, as tecnologias algorítmicas operam sob lógicas que reconfiguram o papel do professor, os processos de ensino-aprendizagem e as políticas de formação inicial e continuada. Como se demonstrou ao longo deste artigo, as promessas atribuídas à IA, personalização, eficiência, apoio à prática docente, coexistem com riscos concretos de esvaziamento da autonomia pedagógica, reprodução de desigualdades e invisibilização do trabalho docente.

A partir da revisão de literatura realizada, constata-se que a formação docente para a era

da IA exige mais do que habilidades técnicas: ela demanda uma preparação crítica, ética e situada. A capacidade de compreender o funcionamento dos algoritmos, questionar seus critérios e analisar seus impactos sobre os sujeitos educacionais deve integrar as políticas formativas, tanto na formação inicial quanto na continuada. Nesse sentido, o letramento algorítmico, a justiça digital e a mediação crítica das tecnologias devem ser reconhecidos como dimensões estruturantes da profissionalidade docente contemporânea.

Outro ponto que se impõe é a necessidade de políticas educacionais e institucionais que assegurem condições reais de apropriação crítica da IA. Isso envolve acesso à infraestrutura, tempo para formação, participação docente nos processos decisórios e reconhecimento profissional. Como evidenciam os estudos analisados, a responsabilização individual do professor por sua adaptação às novas tecnologias oculta as responsabilidades coletivas e institucionais no enfrentamento das desigualdades e das tensões geradas por esse novo cenário.

Por fim, este artigo reitera que a incorporação da IA na formação docente deve ser orientada por princípios ético-políticos comprometidos com uma educação democrática, crítica e emancipadora. As tecnologias inteligentes, quando mediadas por práticas reflexivas, podem ampliar as possibilidades educativas. No entanto, se adotadas de forma irrefletida ou subordinadas à lógica da produtividade, tendem a acirrar desigualdades e enfraquecer o projeto de formação humana integral. Cabe, portanto, à educação, e especialmente à formação docente, protagonizar o debate sobre o sentido, o uso e os limites da inteligência artificial nas escolas.

REFERÊNCIAS

ARUDA, E. P. Inteligência artificial generativa no contexto da transformação do trabalho docente. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469848078> Acesso em: 24 mar 2025.

FERNANDES, C. E. L.; RIBEIRO, A. P. de M.; VASCONCELOS, F. H. L. Desenvolvimento de inteligências artificiais (IA's) na educação: uma revisão sistemática de literatura. **Conexões – Ciência e Tecnologia**, v. 16, 2022. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2282>. Acesso em: 24 maio 2025.

GOMES, C. A.; SOUSA, F. F.; FIERRO, C. C. A. Professorado substituível? Um olhar crítico sobre a inteligência artificial e o risco de destituição do magistério. **Diálogo Educacional**, v. 24, n. 81, p. 141–161, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/31238> Acesso em: 8 jun. 2025.

LEITE, B. S. Inteligência artificial e ensino de química: uma análise propedêutica do

ChatGPT na definição de conceitos químicos. **Química Nova**, v. 46, n. 9, p. 915–923, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20230059>. Acesso em: 24 maio 2025.

CRUZ, S. M. F.; SILVA, C. C. Inteligência artificial na formação docente: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 21, p. 11364-11364, 2024. Disponível em:

<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11364>. Acesso em: 24 maio 2025.

DURSO, S. D. O. Reflexões sobre a aplicação da inteligência artificial na educação e seus impactos para a atuação docente. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3mh8D6366By9w9THfF8bThQ#>. Acesso em: 24 maio 2025.

PARREIRA, A.; LEHMANN, L.; OLIVEIRA, M.. O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 29, p. 975-999, 2021.

PORTILLO, A. U.; CABABA, R. Z.; ESTRADA, M. L. B.; IBÁÑEZ, M. B. ReAQ: An Intelligent Tutoring System with Augmented Reality Technology Focused on Chemistry. **Research in Computing Science**, v. 49, n. 12, p. 49–56, 2020. Disponível em: <https://n9.cl/hyzam>. Acesso em: 24 maio 2025.

TELES, L. M. G.; SILVA, L. P. da; SILVA, L. O. da. Percepções de Professores de Química da Amazônia Paraense sobre a Incorporação da Inteligência Artificial no Ensino. Areté. **Revista Digital del Doctorado en Educación**, v. 10, edição especial, p. 141–158, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55560/arete.2024.ee.10.10>. Acesso em: 24 maio 2025.

WEBBER, C. G.; FLORES, Di. Ensino De Inteligência Artificial: Abordando Aspectos Éticos Na Formação Docente. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 20, n. 2, p. 73-82, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/129152>. Acesso em: 8 jun. 2025.

LIMA, J. D.; KOCHHANN, A. Inteligência artificial e o futuro do trabalho docente: entre a inovação e a precarização. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Madrid, n. 16, p. 1–19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-207> Acesso em: 8 jun. 2025.

PIMENTEL, M.; AZEVEDO, V.; CARVALHO, C. ChatGPT substituirá professoras e professores? Uma análise crítica sobre os riscos da automação da docência. **SBC Horizontes**, São Paulo, mar. 2023. Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2023/03/chatgpt-substituira-professoras-e-professores/> Acesso em: 8 jun. 2025.